

## **ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP**

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, realizou-se, por videoconferência, a 32ª Reunião Ordinária do CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP de Antonina, na sede da Autoridade Portuária – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – sito Avenida Conde Matarazzo, 2.500, Antonina/PR, relativa ao mês de junho deste mesmo ano. Presidiu a reunião o representante do Ministério da Infraestrutura Sr. Felipe Ozorio Monteiro da Gama. Estavam presentes os seguintes conselheiros representantes do Poder Público: João Paulo Ribeiro Santana (**Portos do Paraná**), Luciano do Carmo Andreoli (**Ministério da Economia**), Adonis Batista da Silva (**Marinha do Brasil**), Marciano Baraniuk Junior (**VIGIAGRO**) os Conselheiros da Classe Empresarial Marcio Cunha de Paula (**ABTP**) e Gilberto Birkhan (**SINDOP**), os conselheiro representante da Classe dos Trabalhadores Portuários, André Luiz de Oliveira (**FNE**), Edenoir Batista (**FNP**), Cláudio dos Santos (**FENCCOVIB**), Carlos Roberto Pereira Machado (**FENCCOVIB**), e os seguintes convidados: Maricy Meira da Rocha (**APPA**), Carlos Eidam de Assis (**CONSAD - APPA**), Rubens de Camargo Penteadó (**APPA**), Pedro Pisaco Cordeiro (**APPA**) e Ubiratan de Freitas (**ANTAQ**), **EXPEDIENTE: ITEM I)** Abrindo os trabalhos, o Presidente Felipe Ozorio Monteiro da Gama saudou e agradeceu a presença de todos, qual após verificação de quórum, deu início à 32ª Reunião Ordinária deste Conselho. **ITEM II)** Após submetida à análise dos Conselheiros, foi aprovada em seu teor integral a ata da 31ª Reunião Ordinária do CAP-Antonina-PR, realizada em 13 de julho de 2022. **ITEM III)** Não houve membros a serem empossados; **ITEM IV)** Não houve correspondência enviada para esta secretaria a ser comunicada. **ITEM V)** O Presidente Felipe Gama fez introdução atinente a pauta desta reunião que discute: a) Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD; b) Relatório mensal – Terminal Portuário Ponta do Félix - TPPF; c) Reuniões do CONSAD. **ORDEM DO DIA – ITEM VI) Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD.** Com a Palavra o Sr. João Paulo Ribeiro Santana, Diretor de Meio Ambiente da APPA realizou uma introdução sobre a recuperação de áreas degradadas com um sistema agroflorestal. Passou a palavra ao Sr. Pedro Cordeiro, coordenador de planejamento e licenciamento da Diretoria de Meio Ambiente da APPA iniciou apresentação do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na APA de Guaraqueçaba, com a justificativa da sua realização sendo que a atividade portuária depende da manutenção das profundidades dos canais de navegação, berços de atracação e bacias de evolução, dentre as operações inerentes a manutenção da segurança da navegação, a dragagem é uma das mais onerosas, o assoreamento está relacionado ao carregamento de sedimentos trazidos pelos rios e o aporte de sedimentos é



Av. Conde Matarazzo, 2.500  
Antonina –PR  
Tel. : +55 (41) 3420-1360  
[cap.antonina@appa.pr.gov.br](mailto:cap.antonina@appa.pr.gov.br)

influenciado pelo uso e ocupação do solo nas bacias hidrográficas. O PRAD é uma medida compensatória exigida pelo ICMBio para emissão da Autorização de Licenciamento Ambiental – ALA 10/2012 para Dragagem de Aprofundamento do Porto de Paranaguá. O estabelecimento desta condicionante foi baseado no Estudo de Impacto Ambiental da obra. O programa prevê a recuperação de aproximadamente 40 ha de Áreas de Preservação Permanente através de Sistemas Agroflorestais e a conservação de 300 ha de Mata Atlântica, além de ações de monitoramento e educação ambiental. A referida área de proteção ambiental compreende uma Área de 2.824 km<sup>2</sup>, contempla os municípios de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba. O projeto técnico consiste da seleção de 4 bacias e sub-bacias hidrográficas com importante contribuição para o Complexo Estuarino de Paranaguá, sendo elas a bacia do Alto Rio Cachoeira, bacia do Baixo Rio Cachoeira, bacia do Rio Pequeno, bacia do Rio Cacatu e bacia do Rio Faisqueira. Para a definição das áreas prioritárias de recuperação foram considerados os aspectos de susceptibilidade à erosão, clima, precipitação, relevo e declividade, geologia, solo e uso e ocupação da terra. Em seguida apresentou uma tabela com um diagnóstico das Áreas de Preservação Permanente degradadas por bacia hidrográfica. Em seguida apresentou o objeto da contratação de empresa especializada para o planejamento, gerenciamento e execução do Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) Degradadas para a Área de Proteção Ambiental (APA) Federal de Guaraqueçaba – PRAD, com o escopo e as etapas dos serviços. O planejamento da execução compreende a entrega de plano de trabalho contendo as demais etapas do PRAD, A identificação das áreas, apresentação do projeto e adesão dos proprietários parceiros compreende o mapeamento e identificação das propriedades rurais nas bacias foco do programa, contato com os proprietários, apresentação do programa em cada bacia hidrográfica e o plano Individual de cada propriedade. A organização e capacitação dos proprietários compreende a organização dos proprietários em núcleos, eleição e capacitação dos agentes multiplicadores e a identificação de viveiros locais para a produção de mudas. A implantação dos Sistemas Agroflorestais para recuperação de áreas degradadas e monitoramento compreende a elaboração de um plano de implantação (PRAD simplificado) para cada propriedade, aquisição de mudas, implantação e manejo das áreas e monitoramento periódico da recuperação do solo e das áreas. A regularização de propriedades rurais e conservação na APA de Guaraqueçaba envolverá a realização ou retificação do Cadastro Ambiental Rural de propriedades rurais localizadas na APA Federal de Guaraqueçaba, buscando a preservação de aproximadamente 300 hectares de vegetação nativa, priorizando a conservação de remanescentes de Mata Atlântica e deve ocorrer de forma simultânea às etapas anteriores. A realização de ações de educação ambiental com os fundamentos da agroflorestal e disseminação do conhecimento consiste no desenvolvimento de um jogo com temática relacionada ao Programa, ações nas escolas municipais, capacitação de agentes multiplicadores

para treinar professores e alunos, elaboração de cartilha e livro com resultados do programa, elaboração e edição de dois vídeos do projeto e organização dos dados por meio de um sistema de informação geográfica (SIG). Após o encerramento do PRAD será organizado um seminário para encerramento do projeto, serão lançadas publicações do vídeo com resultados e do banco de dados em SIG e serão entregues os protocolos da inscrição nos Cadastro Ambiental Rural. Para a execução do PRAD o início das atividades da empresa Ecotec para execução do Programa se deu em Julho de 2021 com a realização de reuniões de apresentação do projeto com a prefeitura municipal, secretarias municipais, universidades e demais potenciais parceiros e reconhecimento do território. Em seguida será realizado o Planejamento Estratégico das Ações do Programa, levantamento e aquisição de dados geospaciais, dados dos SAFs e do Cadastro Ambiental Rural, estudo para elaboração do jogo eco pedagógico e organização dos encontros de apresentação do PRAD. Em seguida serão elaborados materiais de divulgação, serão visitadas as propriedades e mobilizadas as comunidades e ocorrerão reuniões de apresentação e adesão ao programa. Serão reconhecidas e mapeadas as propriedades que aderiram ao programa, elaboradas os Planos Individuais das propriedades e inscrição e retificação dos Cadastros Ambientais Rurais, serão levantadas as árvores matrizes e construídos viveiros. O Sr. Pedro concluiu a apresentação agradecendo a oportunidade de apresentar o tema e passou-se ao próximo item de pautal. **ITEM VII) Relatório mensal – Terminal Portuário Ponta do Félix – TPPF.** O tema será apresentado de maneira cumulativa na próxima reunião ordinária deste Conselho. **ITEM VIII) Reuniões do CONSAD.** Com a palavra o Sr. Carlos Eidam de Assis, Superintendência de Governança e membro indicado pelo CAP a Conselho de Administração da APPA, iniciou à relatoria sobre os principais assuntos tratados nas últimas reuniões do CONSAD. Sobre o novo presidente do Conselho de Administração é esperado que o Secretário Nacional de Portos, Sr. Mario Povia assumira sua cadeira em agosto e seja eleito presidente em setembro. Estão sendo tomadas providências no sentido da renovação do Convênio de Delegação e Competências, destacando que a Portos do Paraná foi a primeira autoridade portuária a conquista-lo. Atualizou sobre o andamento da licitação do novo Moegão, quanto à atualização dos valores aprovada na última reunião do Conselho. Falou sobre a aprovação da Licitação para a Contratação de um novo sistema ERP. **Item IX) Assuntos Gerais. a)** O Sr. Pedro Cordeiro falou ao Conselho sobre o início das atividades do Porto Escola, iniciadas na última segunda-feira, com palestras às crianças sobre a atividade portuária e visita às instalações do Porto Ponta do Félix. O Porto Escola tem grande aceitação entre as crianças da rede pública de ensino do município de Antonina. **Encerramento:** O Presidente agradeceu a presença de todos e por fim, e não havendo nada mais a ser tratado, encerrou a reunião e solicitou a lavratura da presente Ata.